

jornal da tarde

Publicado pelo S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55, Tel.: 856-2122 (PABX).



JULIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JULIO DE MESQUITA FILHO (1927 - 1969) FRANCISCO MESQUITA

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Jose Vieira de Carvalho Mesquita
Julio de Mesquita Neto
Luz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
Cesar Tacito Lopes Costa
Jose M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

Para onde nos vai levar essa incrível “agilidade”?

Houve quem se confessasse “muito impressionado” com a “agilidade” demonstrada pelo novo ministro da Fazenda, sr. Dilson Funaro — ele faz tudo ao mesmo tempo —, que, com apenas dois dias e meio no cargo, já conseguiu um “pacto” com os banqueiros para baixar — na base da palavra de honra — os juros; outro com os empresários para acabar com a alta dos preços ao consumidor; mais um, com o mesmo propósito, com os donos de supermercados; tabelou os preços da carne; autorizou importações de alimentos; alterou a fórmula da correção monetária e avisou que só espera a volta do ministro Pazzianotto para tentar outro “pacto” para controlar salários. Mas, como disse o humorista Jô Soares, depois de todos esses gestos com que investiu, com a fúria dos puros, para usarmos um termo benevolente, contra tantos moinhos de vento na esperança ingênua de acabar por decreto com as leis de mercado, tudo que o sr. Dilson Funaro conseguiu foi passar a incorrer no sério risco de ser processado por plágio pelo ex-ministro Delfim Neto, a quem, aliás, já superou, na medida em que já sabe qual será a inflação não do próximo mês, mas do ano de 87. Porque, se havia um só dos instrumentos de política econômica de que dispunha a Velha República para preservar-se a si mesma, que tinha sido alterado pela Nova, era a fórmula da correção monetária. E agora até nisso voltamos ao que era antes...

Quanto à propalada “boa vontade” de todos estes “representantes da iniciativa privada” para com a política do novo ministro, não demorou muito para que descobríssemos o que realmente se passou: aquela meia dúzia de banqueiros (três dos quais da diretoria do Bradesco) que foram a Brasília para assistir à posse do seu ex-colega Fernão Bracher, também do Bradesco, na diretoria do Banco Central, caiu mesmo foi numa inesperada armadilha, quando aceitou o “simpático” convite de Funaro para “dar uma passadinha no Alvorada” e cumprimentar o presidente. Lá, constrangidos diante “do homem”, foram literalmente (com) pactados. Dado o exemplo “voluntário”, os demais representantes da iniciativa privada foram gentilmente convidados a entrar no “embalo”...

Ah, fãmos esquecendo; houve outra mudança digna de nota em relação à Velha República: a alteração na tática de manipulação do cálculo da inflação. O ministro Delfim Neto tornou-se célebre por puxar os números para baixo, tendo na mão o “bode expiatório”, Dornelles, decidiu-se a puxá-los para cima, o que, desde já, nos garante que no próximo mês, independentemente do que aconteça, o governo colherá um “resultado palpável” da sua “acertada decisão” de trocar de ministro e das “ágeis decisões” adotadas pelo novo ministro.

Agora a coisa toda cai no nível da piada, da gozação mesmo, quando nos damos conta de que, no mesmo momento em que o novo ministro anunciava a nova coleção de regulamentos com que pretende anular a realidade inextorável do mercado, o presidente José Sarney, falando aos maiores empresários do País, reunidos no Fórum Gazeta Mercantil, repetia todos os chavões habituais sobre a sua fé na livre iniciativa e sobre a necessidade de reduzir a interferência do Estado, que amarra com regulamentos em excesso a operação da economia. Tudo torna o aspecto de uma solene provocação no momento em que o presidente, que acaba de demitir um ministro porque este afirmou — como consta do documento ontem divulgado pelo O Estado de S. Paulo — alto demais que “não há alternativa para o urgente saneamento financeiro do setor público. Evitá-lo é mergulhar deliberadamente no caos”, afirma que “seremos implacáveis com o déficit público a fim de estimular e sustentar a tendência de queda das taxas de juros”.

Não é aos empresários que ele precisa dizer isso. É ao seu novo ministro, sr. Dilson Funaro — ilustre filiado à escola econômica da Unicamp — que, pelo jeito, acredita que só a sua vontade basta para baixar os juros e acabar com a inflação. Aliás, entre os principais assessores e conselheiros escolhidos pelo sr. Funaro para o seu ministério, nenhum assinaria nenhum parágrafo do discurso do presidente aos empresários. Na verdade, no mergulho deliberado para o caos já estamos entre o trampolim e a água. Temos dito, desde o primeiro dia em que o presidente Sarney dormiu no Palácio da Alvorada, que se ele não se decidisse a modificar radicalmente as estruturas do aparelho estatal; que se ele não se dispusesse a alterar radicalmente os instrumentos de que dispõe o governo para comandar e controlar a economia nacional, o advento da Nova República não passaria de um “parto da montanha”; não significaria mais do que uma “troca de tripulações” em que a nova tripulação só poderia acionar os mesmos instrumentos do regime ditatorial, com os mesmos resultados. E neste momento em que se anuncia o nascimento da política econômica de Sarney vemos que da montanha saiu mesmo o proverbial “rato”, nosso velho conhecido, como, aliás, não poderia deixar de ser, pelos motivos expostos acima. Com uma agravante: este “rato” é estatizante, fiscalista e outras cositas más, para não falar no que pensam os unicampistas sobre a dívida externa e o FMI.

Do que o sr. presidente não se está lembrando, muito provavelmente, é que a estabilidade do antigo regime se baseava na força e, portanto, os resultados da sua catastrófica política econômica não ameaçavam. Podiam repetir impunemente o expediente dos “pactos de cavalheiros”, do “controle rigoroso de preços”, etc., quantas vezes quisessem, que, quando a soberaníssima e imutável lei do mercado voltava a se impor, cobrando juros, correção monetária e multas pela sua irresponsabilidade, não havia eleitores com que se preocupar. Mas agora isso mudou. E o presidente Sarney pode ter a certeza de que, se chegar à Constituinte com a inflação que está semeando agora, ouvirá das mesmas bocas, que agora só se abrem para bajulá-lo e para convencê-lo de que nem a História, nem a lógica, nem a simples aritmética têm sentido algum, os gritos pedindo a sua cabeça e as argumentações de que “a crise e a inflação descontrolada requerem um governo forte, eleito diretamente”. E, se não lhe importa a sua posição pessoal, que pense ao menos em que mãos podemos cair se partirmos para uma eleição num ambiente de hiperinflação. Os chacais já estão todos aí salivando...

Se neste momento em que está diante de uma sociedade que ainda não teve tempo de se reorganizar e em que os seus únicos interlocutores são ou aqueles de quem depende na busca de apoio parlamentar ou os que, por seu radicalismo e por sua disciplina interna, conseguiram atravessar e sobreviver, enquanto organizações, os últimos 20 anos, todos eles comprometidos com a preservação dos instrumentos do poder do qual hoje são os donos ou ideologicamente comprometidos com o avanço cada vez maior do Estado sobre a sociedade, se diante deste quadro o presidente Sarney se sente um pouco como quem tem de pedir licença aos próprios privilegiados para acabar com os privilégios, e sabe que isto é inútil, que, pelo menos, não esqueça que por

trás dessas minorias está a imensa massa de brasileiros que pagam por esses privilégios, que sustentam esse Estado monstruoso e seus gastos descontrolados — 47% e 15% de aumento real das folhas de pagamento da administração direta e das estatais respectivamente de 84 para 85, segundo o citado documento de Dornelles! São esses os seus aliados objetivos nesta luta que, pelo menos no nível do discurso, o presidente diz que quer travar.

Que não se perca mais o pouco tempo que temos para evitar a argentinização do Brasil. Que nós não tenhamos de mergulhar no abismo argentino para que o presidente Sarney descubra — como o seu colega Alfonsín —, apesar de tudo que lhe possa soprar nos ouvidos a “turma da copa e da cozinha”, que para a esmagadora maioria do povo brasileiro, para os que pagam a conta, só existe um inimigo de verdade, que é este Estado que nos custa tanto. E aqui, como na Argentina, não haverá Lula nem CUT (nem CGT) que consiga provar o contrário.